

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.231 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2001



Álvaro esclarece que CPI vai apresentar projeto ao final dos trabalhos

CPI do Futebol quer legislação de responsabilidade para o esporte

PÁGINA 8

No plenário, parlamentares discutem a obstrução aos trabalhos, que inviabilizou a continuidade da votação ontem



Congresso retoma votações de MPs na terça

Além das emendas à medida que autoriza repasses do Tesouro ao FAT, estão na pauta outras matérias incluídas na convocação extraordinária. Antonio Carlos promete conduzir a votação com ou sem obstrução partidária



Sem a implantação de um sistema gerador de energia para os estados, a transposição do São Francisco pode ficar comprometida, afirma o senador Antonio Carlos Valadares (D)

TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO TRAZ RISCOS, ADVERTE VALADARES

PÁGINA 8



Votada na quarta-feira pelos deputados e ontem pelos senadores, a medida provisória que autoriza repasses do Tesouro ao Fundo de Amparo ao Trabalhador terá as onze emendas apreciadas na terça-feira pelo Congresso Nacional. Estão na pauta também as outras MPs incluídas na convocação. O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, promete conduzir a votação com ou sem obstrução.

PÁGINA 3

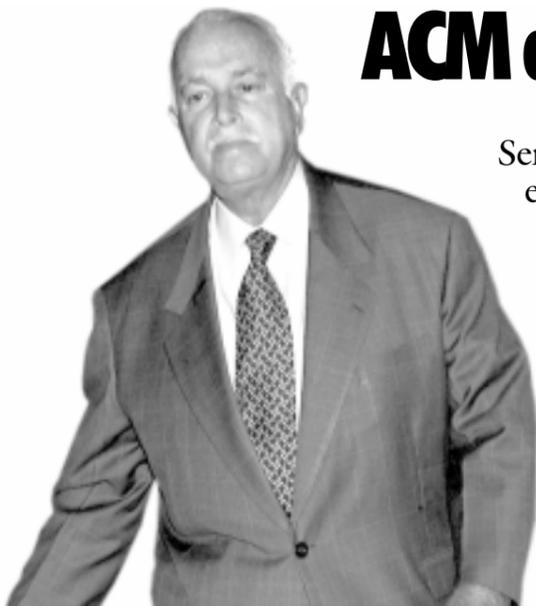
ACM faz apelo contra a obstrução dos trabalhos

PÁGINA 2

Convocação: primeira semana de muitas atividades

Na primeira semana de trabalhos extraordinários, a CCJ aprovou substitutivo que define as penas e tipifica os crimes contra a administração pública. Foi um período de muito trabalho nas comissões e no plenário.

PÁGINA 2



ACM apóia acordo entre PFL e oposições

Senador demonstra simpatia a eventual composição de seu partido com oposicionistas em torno das disputas eleitorais para renovação das Mesas do Senado e da Câmara

Antonio Carlos considerou normais os entendimentos de seu partido com a oposição na votação de medidas provisórias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que é simpático a um possível acordo entre seu partido, o PFL, e as oposições, lideradas pelo PT, em torno das disputas eleitorais para renovação das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados.

A respeito de especulações da imprensa de que o presiden-

te Fernando Henrique Cardoso teria comentado a disposição de pedir os cargos que o PFL tem no governo, caso o partido efetivamente se alie à oposição na disputa pelas presidências das duas Casas do Congresso Nacional, Antonio Carlos disse não acreditar que o chefe do Executivo tenha feito tais declarações.

– E se ele dissesse a mim te-

ria resposta – afirmou.

Na avaliação do senador, foi normal o comportamento de seu partido durante a sessão do Congresso da última quarta-feira, dia 31 de janeiro, quando votou com a oposição para derrubar uma das medidas provisórias em apreciação.

– O Plenário é independente, sempre foi assim, a vida inteira.

Intensa atividade no Senado marca a primeira semana da convocação

Convocado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para analisar 75 medidas provisórias (MPs), o Senado teve o Plenário, as comissões e os gabinetes dos senadores marcados por intensa movimentação durante a primeira semana de trabalhos extraordinários do Legislativo.

Com a inclusão em pauta de seis matérias pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reuniu-se para apreciar pareceres, enquanto o Plenário foi aberto para discursos dos senadores.

Paralelamente, o PMDB e os partidos de oposição decidiram escolher seus candidatos à sucessão de Antonio Carlos na Presidência da Casa. Candidato do PMDB, o senador Jader Barbalho (PA) lançou-se com o apoio de 23 dos 26 senadores de seu partido, além do compromisso de apoio do PSDB. Simultaneamente, lançou-se na disputa o senador Jefferson Péres (PDT-AM), com o apoio dos 16 senadores do PT, PDT, PSB, PPS e PV.

A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), reuniu-se na quarta-feira para examinar diversas matérias, aprovando substitutivo apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM)



Com o ritmo acelerado dos trabalhos nas comissões, o Plenário foi aberto para discursos dos senadores

ao projeto do governo que altera o Código Penal para modificar penas e definir crimes contra a administração pública.

A comissão deve analisar até o dia 14 de fevereiro cinco matérias, entre elas a proposta do Executivo que facilita a entrada de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho e o projeto

do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que uniformiza os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) está incumbida de analisar substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aos três projetos que restringem a venda de armas de fogo. Piva su-

LIMITE A MPS PODE SER VOTADO ATÉ DIA 14

Análise das 75 MPs reeditadas pelo Palácio do Planalto no final de janeiro só começou depois de os presidentes do Senado e da Câmara terem decidido votar, até o dia 14, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias. No discurso de abertura da convocação extraordinária, Antonio Carlos disse que essa é a oportunidade ideal para que os parlamentares ponham um fim às constantes reedições de MPs, o que, na sua opinião, fere a autonomia do Legislativo.

Na quarta-feira, no plenário da Câmara, o Congresso votou três medidas provisórias, aprovando duas e rejeitando a que determinava o dia 5 de cada mês como data para pagamento dos servidores do Executivo. Derrubada a MP, os servidores voltam a receber no último dia útil de cada mês.

A MP que regulamenta o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal foi aprovada, transformando-se definitivamente em lei. Os deputados e senadores, que permaneceram reunidos até as 22h, também converteram em lei a MP que regulamenta a emissão de títulos públicos, reeditada 89 vezes.

Ontem, seguindo postura adotada no dia anterior pelo PFL e pelo PT, o PSDB e o PMDB – da base governista como o PFL – obstruíram as votações, adiando a análise das MPs pelo Congresso. Nova reunião foi convocada por Antonio Carlos para a próxima terça-feira, às 18h30.

gere a proibição do porte de armas, mas considera que impedir sua venda para a população é inconstitucional. O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), deve convocar reunião em breve para votar a matéria.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM apela a parlamentares para que cumpram missão

Apesar de reconhecer o direito à obstrução, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, apelou aos parlamentares para que não adiem a votação das matérias incluídas na convocação extraordinária. "Para se fazer jus a uma convocação, deve haver comparecimento. Não havendo comparecimento, fica moralmente difícil receber *jeton* e ao mesmo tempo ajuda de custo", afirmou.

De acordo com o presidente do Senado, essas observações não tiveram o sentido de dar um "puxão de orelhas" nos deputados e senadores, mas alertá-los para a missão dos parlamentares, notadamente em um contexto de convocação extraordinária. Depois de anunciar nova sessão do Congresso para a



Sem comparecimento, disse ACM, "fica moralmente difícil" pagar a ajuda de custo

próxima terça-feira, o senador negou, para os jornalistas, que exista algum tipo de crise entre o PFL e o governo.

— Que eu saiba não existe (crise), mas o PFL pode, em determinados atos, votar com independência, coisa que aliás todos os partidos da base do governo fazem, principalmente o partido do presidente da República — disse Antonio Carlos.

Em seguida, ele insistiu no apelo aos parlamentares:

— Não deixem de votar, pois temos de dar satisfação à opinião pública. Não fica bem para nós recebermos ajuda de custo sem dar produção de trabalho — completou Antonio Carlos, alertando para o risco de o governo responsabilizar o Congresso se a pauta da convocação não for cumprida.

Freitas Neto afirma que PFL age politicamente ao votar

O senador Freitas Neto (PFL-PI) disse ontem que o PFL, ao votar com a oposição contra a medida provisória (MP) que alterou a data do pagamento do funcionalismo, nada mais fez do que exercer seus direitos dentro de "um jogo altamente político", onde não se pode esquecer a disputa pelas presidências da Câmara e do Senado.

— O PFL está agindo politicamente, procura preservar a sua posição.



Freitas Neto: votação de MPs não pode ser dissociada da sucessão no Congresso

Essas manobras são políticas, porque estamos vivendo uma campanha eleitoral e não podemos separar as votações das MPs da sucessão nas duas Casas — salientou.

Freitas Neto observou, contudo, que, como o Congresso é uma Casa política, as lideranças partidárias saberão costurar um acordo para que as votações retornem à normalidade na próxima terça-feira.



A obstrução feita por vários partidos suspendeu ontem a apreciação, pelo Congresso, das medidas provisórias

Congresso retoma votações de MPs na terça-feira

Na sessão de ontem foi aprovado pelos senadores o texto original da medida provisória do FAT. Onze emendas precisam ainda ser votadas

O Congresso Nacional deve finalizar na próxima terça-feira, dia 6, a votação da medida provisória que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transfere o controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Precisam ser ainda votadas onze emendas. O texto original da MP foi aprovado quarta-feira pelos deputados e ontem pelos senadores. No momento, entretanto, em que seria iniciada a votação das emendas, a sessão de ontem foi encerrada por falta de *quorum*, uma vez que todos os partidos, exceto o PDT, entraram em obstrução.

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, marcou a sessão de terça-feira para

as 18h30. Estarão também na pauta as outras medidas provisórias constantes da convocação extraordinária. O senador Antonio Carlos Magalhães disse que, ao contrário do que ocorreu na sessão do Congresso de ontem, vai conduzir a votação das MPs, na próxima terça-feira, com ou sem obstrução partidária.

Antonio Carlos também informou que, às 15h30 da mesma terça-feira, a Câmara dos Deputados vai se reunir para votar a proposta de emenda constitucional (PEC) que restringe a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo. O texto já foi aprovado pelo Senado e precisa ainda ser submetido aos deputados. Se for alterado, volta para ser novamente votado

pelos senadores.

Diante da falta de consenso para votação da MP sobre os repasses ao FAT, na sessão de ontem, o líder do governo no Congresso Nacional, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), fez um apelo público para que a sessão do Congresso fosse adiada.

— Peço aos parlamentares que façam uma reflexão e venham votar com consciência. O governo está pronto para ganhar ou perder, mas quer saber com clareza quem está a seu favor ou contra — afirmou, em alusão à decisão do PFL de se unir aos partidos oposicionistas para derrubar a MP que fixava o pagamento dos servidores do Executivo no quinto dia útil do mês seguinte ao trabalho.

SENADO FEDERAL UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO



Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF



Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena
parabólica com sinal analógico na frequência
de 4130 MHz via BRASILSAT B1



A TV Senado continua disponível também
nas operadoras de TV por assinatura do país
(Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

Assista à TV Senado
no canal

51

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

ELEIÇÃO DA MESA DO SENADO

Maldaner e Calheiros criticam postura oposicionista do PFL

Os senadores peemedebistas Renan Calheiros (AL) e Casildo Maldaner (SC) criticaram ontem o PFL por assumir papel oposicionista ao vincular a votação de medidas provisórias à disputa pelas Mesas do Senado e da Câmara. Para Calheiros,



Renan Calheiros vê em curso "processo de chantagem"



Maldaner põe em dúvida a vocação do PFL para a oposição

trata-se de "um complicado processo de chantagem", ao qual o PMDB deve reagir — se for preciso, retirando o *quorum* das votações e "desmontando o palco do PFL".

— A convocação não pode descambar para a barganha. O país está cansado de barganhas — disse o senador alagoano.

Na opinião de Maldaner, o "oposicionismo" do PFL não dura mais de dez dias, uma vez que o partido "não tem jeito" para se com-

portar como se fosse "de esquerda". Para ele, é inimaginável que líderes do PFL passem os fins de semana debatendo com petistas como Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Eduardo Suplicy (SP).

— O PFL e a esquerda são como água e óleo. Se o PFL quiser ser de oposição, terá de entrar para o jardim da infância e começar do zero — afirmou Maldaner.

No entender dele, o problema do PFL é que o partido não está acostumado à perda de poder e se encontra numa posição constrangedora depois que o PMDB indicou Jader Barbalho como candidato à Presidência do Senado, contra a vontade do atual presidente, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Alencar prevê que pefelistas não lançarão candidato no Senado

Observando que nada impede o partido de apresentar um nome, o senador José Alencar (PMDB-MG) previu ontem que o PFL não deve lançar candidato à Presidência do Senado. Embora ressalte que pelas tradições do Senado cabe ao partido majoritário, hoje o PMDB, a indicação do candidato à Presidência, Alencar disse que, caso o PFL lance uma candidatura própria, a decisão será respeitada.



José Alencar: PMDB "caminha unido" para eleger Jader

José Alencar considera natural a possibilidade de o PFL apoiar a candidatura do oposicionista Jefferson Péres (PDT-AM) à Presidência do Senado. Mas afirmou que, se isso ocorresse, o PFL tomaria a decisão de não ser mais um partido no governo.

— É bom lembrar que o PFL não é apenas um partido que compõe a base do governo, mas está no governo — disse Alencar.

Na avaliação do senador, se o PFL apoiar a candidatura de Jefferson Péres "ou o PFL terá saído do governo ou o governo terá ingressado na oposição". Ele acrescentou que, caso essa hipótese vire realidade, o PFL passaria a ser o maior partido do Bloco Oposição no Senado.

José Alencar salientou que o PMDB "caminha unido" para eleger Jader Barbalho presidente e acredita na plena aceitação do nome de Jader pelo fato de ele ser "o candidato do partido a quem pertence a vez de ocupar a Presidência do Senado".

Ramez Tebet acredita na vitória de Jader Barbalho

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que "o quadro já está definido" no que se refere à eleição para a Presidência do Senado. Em sua opinião, nem a candidatura do senador Jefferson Péres (PDT-AM), apoiada pelos partidos de oposição, nem o veto do PFL ao nome do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) modificarão a situação atual da corrida sucessória na Casa.

Mostrando-se confiante em um desfecho favorável ao candidato do seu parti-

do, o senador Ramez Tebet se disse atento aos efeitos dessa disputa sobre a base governista. Mas ele entende que o momento agora é o da composição para o preenchimento dos demais cargos da Comissão Diretora, mediante as indicações dos partidos.



Segundo Ramez Tebet, "o quadro já está definido"

Jefferson Péres é o único nome aceito pelo Bloco, afirma Heloísa

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), considerou fora de questão o apoio a outro candidato à Presidência da Casa que não seja o senador Jefferson Péres (PDT-AM), escolhido em reunião realizada terça-feira por todos os partidos oposicionistas. "Nem sob tortura vamos mudar de posição", garantiu ela.

Heloísa fez a declaração por causa da notícia de que o PFL estaria buscando com os partidos de oposição um nome de consenso. Segundo ela, o Bloco "ficaria contente" se o PFL decidisse apoiar seu candidato, mas não há hipótese de substituí-lo, nem mesmo por outro integrante do Bloco. Conforme a senadora, o Bloco teria aceitado respeitar a tradição de



Heloísa disse que "ficaria contente" com o apoio do PFL

dar ao partido com maior bancada a prerrogativa de lançar um candidato de consenso à Presidência. "Como o PMDB optou por lançar o nome do senador Jader Barbalho (PA), envolvido numa disputa desqualificada com o atual presidente, Antonio Carlos Magalhães, escolhemos o caminho do candidato próprio", explicou.

Ela não quis dar sua opinião sobre o possível vencedor da eleição, afirmando que "o alto coeficiente de traição no Senado" inviabiliza qualquer previsão. Mas previu que a rusga entre o PFL e o governo será de curta duração. "Nem o governo pode subsistir sem o PFL, nem os pefelistas podem sobreviver sem as benesses e cargos do governo", argumentou.

Eduardo Suplicy ainda considera possível uma saída de consenso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que o candidato do PMDB à Presidência do Senado, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), sugira para o cargo um nome que alcance maior consenso. Segundo Suplicy, o Bloco Oposição — que indicou como candidato o senador Jefferson Péres (PDT-AM) — estaria pronto para iniciar um diálogo com esse objetivo.

Suplicy disse que sua proposta "é de grande responsabilidade e muito respeito", tanto para com o PMDB quanto para com Jader Barbalho. Para ele, o presidente do PMDB está "consciente de que ainda não tem o respaldo consensual", embora tenha sido indicado por 23 dos 26 votos



Suplicy pede a Jader Barbalho um "gesto de grandeza"

dos senadores de seu partido. "Seria um gesto de extraordinária grandeza e sensibilidade", afirmou o senador.

Segundo Suplicy, Jefferson Péres representa a opção por "um senador que, na Presidência da Casa, conduzirá os trabalhos para fortalecer tanto o Senado quando o Congresso". A intenção, prosseguiu, é que os senadores tenham garantias para cumprir seus deveres de fiscalizar os atos do Poder Executivo e legislar.

O senador petista também lembrou a rejeição, com o apoio do PFL, da MP que permitia pagar os funcionários do Executivo até o quinto dia útil de cada mês. Para ele, o PFL "deu um susto no Planalto".

Para Ademir, oposição é "fiel da balança" na disputa

A indefinição nas eleições das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado está fortalecendo a oposição, segundo opinou o senador Ademir Andrade (PSB-PA).

— Somos o fiel da balança — afirmou.

Ademir Andrade observou que a candidatura do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à Presidência do Senado é uma alternativa, mas disse que a oposição poderá abrir mão dela em favor de um nome de consenso. Para chegar a esse nome, destacou, seria preciso discutir programas, compromisso de uma gestão mais democrática, mudanças regimentais — como o fim do voto de liderança —, além de condicionar o apoio à participação da oposição na Mesa

e na presidência de comissões.

Ademir acredita que os problemas encontrados nas votações no Congresso — que levaram inclusive à suspensão da sessão de ontem — resultam do uso indevido das medidas provisórias (MPs) e da resistência do Executivo a alterações nas regras de edição das MPs, o que se pode constatar, segundo o senador, pelo longo tempo em que as propostas que contêm essas mudanças estão tramitando no Congresso: seis anos.



Ademir Andrade: eleições das Mesas fortalecem oposição

Bornhausen quer campanha eleitoral mais barata

Senador considera projeto que reduz o período e os custos da propaganda indispensável para viabilizar o financiamento público. Proposta tem parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reduz os prazos da legislação eleitoral, o período e os custos da campanha eleitoral, conforme seu autor, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ele afirma que seu projeto é a primeira medida necessária para que o financiamento público de campanhas seja viabilizado.

A proposta prorroga por 50 dias o início das campanhas, transferindo as convenções partidárias do começo de junho para agosto. Pela atual Lei Eleitoral, a propaganda só pode ser iniciada depois de formal-

mente escolhidos os candidatos nas convenções.

O senador argumenta que os anos eleitorais coincidem com a realização de Olimpíadas ou de Copa do Mundo de Futebol, eventos geralmente realizados em julho. Assim, disse Bornhausen, com a opinião pública vol-



Bornhausen lembra que as campanhas coincidem com Copa do Mundo e Olimpíadas

com a utilização de recursos públicos, será mais grave ainda". O projeto também prorroga por dez dias o início da propaganda eleitoral no rádio e na TV e antecipa a realização do segundo turno em uma semana.

Encaminhada à CCJ para decisão

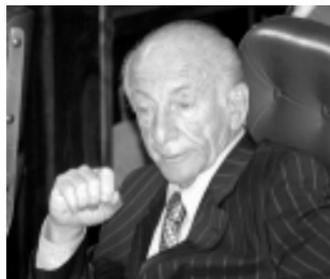
terminativa, a proposta, relatada pelo senador José Jorge (PFL-PE), já recebeu duas

emendas, além de voto em separado do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Segundo Bornhausen, a intenção da proposta é a redução dos custos da campanha eleitoral, especialmente no momento em que o Congresso debate o financiamento público de campanhas. "Os custos da disputa eleitoral constituem um dos mais fortes fatores limitativos à participação política do cidadão como candidato a cargos eletivos", afirmou José Jorge, que já se manifestou favoravelmente à matéria.

O relator apresentou uma emenda supressiva ao projeto, excluindo

do a proposta de realizar o segundo turno da eleição no terceiro domingo de outubro. Segundo José Jorge, essa alteração só poderia ser feita por meio de uma proposta de emenda à Constituição, já que é o texto constitucional que determina o retorno às urnas no último domingo daquele mês.

Caso seja aprovado terminativamente na CCJ, o projeto, se não for alvo de recurso de nove senadores solicitando análise do Plenário, poderá seguir diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados.



Lauro Campos tem projeto em tramitação na CCJ proibindo a privatização da Petrobras

Petrobras deve permanecer estatal, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) voltou a defender a não privatização da Petrobras e de suas subsidiárias. Para ele, a empresa é um patrimônio público inalienável, construído por gerações de brasileiros.

Lauro já apresentou projeto de lei que proíbe a venda da empresa. A matéria aguarda deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador lembra que a atual conjuntura econômica internacional demonstra a importância estratégica do petróleo para o desenvolvimento econômico do país.

O senador entende ser necessário garantir a continuidade do esforço pela auto-suficiência em petróleo, simbolizado pela Petrobras ao longo de 50 anos. Para Lauro, é preciso impedir a privatização para limitar a desnacionalização do setor.

— A Petrobras constituiu-se em exemplo de como uma empresa estatal pode impor-se até mesmo no mercado internacional dominado pelas chamadas Sete Irmãs, razão pela qual é necessário lutar pela sua não privatização — finalizou.

Ronaldo propõe renda mínima para região da seca

O Programa Emergencial de Frentes Produtivas criado pelo governo federal em dezembro de 1998 poderá ser transformado em Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. É o que propõe o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) por meio de projeto atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS),

com parecer favorável do relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

De acordo com o projeto, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima será permanente e terá como objetivo prestar assistência à população das regiões afetadas pela seca. Para receber o benefício, as famílias terão que comprovar a frequência escolar

dos menores de 14 anos e que todos os membros receberam as vacinas obrigatórias. Também será exigida a participação em programas de treinamento e qualificação profissional.

Ronaldo Cunha Lima disse que o estabelecimento de frentes de trabalho temporárias não é a forma mais adequada de



Ronaldo sugere transformar frentes de emergência em programa de renda mínima

ajudar na solução do problema da seca. Ele explicou que seu projeto procura "associar a questão da renda mínima à solução de males sociais que, uma vez não combatidos, condenam as populações do Polígono das Secas a um círculo vicioso de pobreza, doença, ignorância e desemprego".

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal.	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desapensamento do PLS 104, de 1995	Os projetos tramitam em conjunto. Por solicitação do governo, a CCJ decidiu suspender a tramitação do PLC 10/96.
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade.	Romeu Tuma (PFL-SP)	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo.	Aprovado o parecer na reunião da CCJ do dia 31/01. O projeto segue para apreciação do Plenário.
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública.	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na CRE, aguardando inclusão em pauta.
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo.	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE.	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas.	
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo.	Djalma Falcão (ex-senador)	Pedro Piva (PSDB-SP), Na CRE.		
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional.	José Roberto Arruda (PSDB-DF)			
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS).	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (institui regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho).	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal.	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.

Marluce Pinto recebe a visita de esposas de oficiais da Aeronáutica

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) recebeu em seu gabinete a visita de esposas de oficiais do Estado-Maior da Aeronáutica, acompanhadas por assessores parlamentares daquela força. Após conversa informal, as visitantes conheceram as dependências do Congresso Nacional e almoçaram com a senadora no restaurante da Câmara dos Deputados.



Choro e música clássica na programação da TV Senado

Em *Quem tem medo da música clássica?*, a TV Senado apresenta neste fim de semana a primeira parte da sinfonia *Do mundo novo*, do compositor tcheco Antonín Dvorák. A Orquestra da Rádio da Baviera executa a peça sob a regência do maestro Lorin Maazel. O senador Artur da Távola explica ao telespectador cada movimento, fala um pouco da vida do compositor e faz um breve histórico da sinfonia. O programa vai ao ar amanhã, às 10h, 18h e 24h, e no domingo, às 10h e 18h.

No programa *Teatro Arthur*

Azevedo que a TV Senado exhibe neste fim de semana, o soprano Fernando de Carvalho Júnior canta as trilhas sonoras que fizeram sucesso nos clássicos do teatro e do cinema. O show *Cantando Hollywood e a Broadway* traz temas de filmes como *Casablanca*, *O Mágico de Oz*, *A Noviça Rebelde*, *Cantando na Chuva* e *A Bela e a Fera*, além dos musicais *O Fantasma da Ópera* e *Cats*. Fernando conta no palco com a participação da soprano Núbia Maranhão, do pianista Alessandro Batista, da contralto Suely Cavalcante, do barítono Wa-

shington Pinheiro e dos cantores Allyson Peres, Cláudio Lima e Cristiane Almeida. Entre os instrumentistas, estão a violoncelista Kátia Salomão e o violinista Manuel Mota, além de Angélica, ao piano, que assina os arranjos do espetáculo. Sábado e domingo, às 21h30.

O que é a doença de Chagas, como pode ser contraída, quais são os seus sintomas e que providências o doente deve tomar são algumas das dúvidas que Abilio Fraga, convidado do programa *De coração*, esclarece. Sábado e domingo, às 9h30.

A paranormal Socorro Leite, autora dos livros *Viver sem mentiras* e *Matéria e espírito*, é entrevistada pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita em *Entrevista Especial*. Sábado e domingo, às 11h e às 23 horas.

Os melhores chorões do país — entre eles, Henrique Cazes, Hamilton Holanda e Alencar Sete Cordas — encerraram a 23ª edição do Curso de Verão da Escola de Música de Brasília com um *show* na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional. O espetáculo, que o programa *Espaço Cultural* exhibe neste fim de semana, traz músicas inéditas criadas durante o curso de verão e clássicos, como *Naquele Tempo*, de Pixinguinha, e *Rio Antigo*, de Altamiro Carrilho. A primeira parte do *show* será exibida sábado e domingo, às 14h30, e o encerramento, sábado e domingo da semana que vem.

O contagiante jazz latino é a atração de Improviso

O jazz latino é a atração deste final de semana no programa *Improviso* — *Jazz sem Fronteiras*, da Rádio Senado. O ritmo contagiante do Caribe vai ser apresentado por cubanos legítimos e posições. Os legítimos são Chico O'Ferreil, Paquito D'Rivera e Arturo Sandoval.

Improviso vai apresentar o mais recente trabalho de O'Ferreil, o CD *Carambola*, um dos melhores lançamentos do ano 2000. Los Cubanitos Postizos é o grupo do guitarrista americano Marc Ribot, cujo álbum, *Muy Divertido*, também está listado entre os melhores lançamentos do ano passado.

Improviso é produzido por Flavio de Mattos e Vinicius Becker. Vai ao ar no sábado, às 20h, com reprise domingo, às 23h30, pela Rádio Senado FM, 91,7.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

1h — *Debate* — Saneamento básico e moradia
2h — *De coração* — O cardíaco com outras doenças
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Especial* — Combate à pobreza
3h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
4h — *Jornal do Senado*
6h — *Especial* — Combate à pobreza
6h30 — *Cidadania* — Inclusão social pela educação
7h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *De coração* — O cardíaco com outras doenças
9h — Sessão Plenária (vivo)
12h — *Especial* — Combate à pobreza
12h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
13h — *Especial* — Violência
13h30 — *Debate* — Pesquisa em biotecnologia
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Sinfonia nº 09 — “Do Novo Mundo”, de Antonín Dvorák — 1ª parte
19h — *Especial* — Combate à pobreza
19h30 — *Cidadania* — Sen. Roberto Saturnino e sen. Amir Lando falam sobre globalização e desenvolvimento
20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Canal Médico* — Serões pediátricos — Diagnóstico e conduta nas principais cardiopatias
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Rita Ribeiro
0h — *Revista Brasília*

SÁBADO

1h — *Debate* — Saneamento básico e moradia
2h — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 1
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Mundo* — Marrocos
3h30 — *Entrevista* — Sen. Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia
4h — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 1
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Canal Médico* — Saúde, mitos e verdades — Drogas e álcool
5h30 — *Cores do Mundo* — Marrocos
6h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre desenvolvimento
7h30 — *Entrevista* — Sen. Emilia Fernandes fala

sobre as relações Brasil-Coréia do Norte

8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Cores do Mundo* — Marrocos
9h — *Entrevista Especial* — Ana Carolina e Diogo Infante
9h30 — *De Coração* — Doença de Chagas
10h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Sinfonia nº 09 — “Do Novo Mundo”, de Antonín Dvorák — 1ª parte
11h — *Entrevista Especial* — Espiritualidade e evolução
12h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira
13h — *Jornal do Senado*
13h30 — *Agenda Econômica* — Sen. Roberto Saturnino fala sobre desenvolvimento
14h30 — *Espaço Cultural* — “Os Chorões” — 1ª parte
15h30 — *Cores do Mundo* — Marrocos
16h — *Entrevista* — Sen. Paulo Hartung fala sobre a correção da tabela do Imposto de Renda
16h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 1
17h — *Revista Brasília*
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Sinfonia nº 09 — “Do Novo Mundo”, de Antonín Dvorák — 1ª parte
19h — *Especial* — Cinema
19h30 — *Canal Médico* — Nefropatia e hipertensão
20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Cantando Hollywood
23h — *Entrevista* — Espiritualidade e evolução
0h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Sinfonia nº 09 — “Do Novo Mundo” de Antonín Dvorák 1ª parte

DOMINGO

1h — *Debate* — Pesquisa em Biotecnologia
2h — *Saúde/UNIP* — Doença de Parkinson — parte 2
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Mundo* — Portugal
3h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala do 1º Fórum Social Mundial
4h — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 2
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Cores do Mundo* — Equador
5h30 — *Canal Médico* — Saúde, mitos e verdades — drogas e álcool
6h30 — *Cidadania* — Educação, Globalização e Desenvolvimento
7h30 — *Entrevista* — Sen. Paulo Hartung fala sobre a correção da tabela do Imposto de Renda
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Cores do Mundo* — Marrocos
9h — *Especial* — Cinema
9h30 — *De Coração* — “Doença de Chagas”
10h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* —

Sinfonia nº 9 — *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvorák, 1ª parte
11h — *Entrevista Especial* — Espiritualidade e evolução
12h30 — *Entrevista* — Sen. Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia
13h — *Jornal do Senado*
13h30 — *Debate* — Pesquisa em Biotecnologia
14h30 — *Espaço Cultural* — Os Chorões — 1ª parte
15h30 — *Cores do Mundo* — Portugal
16h — *Entrevista* — Sen. Emilia Fernandes fala sobre a relação Brasil-Coréia do Norte
16h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 1
17h — *Revista Brasília* — Nº 19
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Sinfonia nº 09 — *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvorák — 1ª parte
19h — *Entrevista Especial* — Ana Carolina e Diogo Infante
19h30 — *Agenda Econômica*
20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Cantando Hollywood
23h — *Entrevista* — Espiritualidade e evolução
0h30 — *Revista Brasília* — nº 19

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — A Voz do Brasil
20h30 — Senado em Linha Direta - Edição Nordeste
21h — Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste
21h30 — Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste

SÁBADO

Música e informação o dia todo
10h30 — Autores e livros
11h — Música erudita e seus mestres
16h — Música do Brasil
18h — Brasil 500 anos
22h — Vozes do século xx

DOMINGO

Música e informação o dia todo
9h30 — Brasil 500 anos (reprise)
10h30 — Autores e livros
11h — Música erudita e seus mestres
13h — Brasília especial
17h — Vozes do século xx (reprise)
22h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tectsa: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DR0 ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Sebastião Rocha é relator da proposta que exige autorização escrita do paciente para prótese de silicone

Está na pauta da CAS projeto que proíbe uso de silicone líquido

O projeto que proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano, com exceção apenas na área de oftalmologia (em casos de descolamento de retina), está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deverá ser votado logo no início deste ano. A matéria permite o uso de próteses de silicone, desde que o paciente autorize o procedimento por escrito.

O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), introduziu a exigência. Ele disse que a autorização do paciente é fundamental e que somente deverá ser assinada depois que o médico esclarecer o cliente sobre os riscos e vantagens da cirurgia.

Sebastião Rocha, que é médico, informou que a proibição vai acabar com um procedimento comum

atualmente, que é a utilização do silicone líquido no preenchimento de rugas com fins estéticos. Ele alertou que essa prática pode provocar deformação de órgãos, "não se excluindo o risco de cegueira".

O senador negou, durante a última discussão sobre o assunto realizada na CAS, que tenha cedido a pressões de entidades médicas na elaboração do relatório final. Disse que apenas foi procurado por várias instituições ligadas ao tema, entre as quais dirigentes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, que fizeram gestões no sentido de ser retirada do projeto a autorização do paciente por escrito para a implantação de prótese de silicone. "Mas tudo foi feito dentro da ética e do respeito mútuo", afirmou.

CCJ examina retirada de entraves à gratuidade do registro de nascimento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar no período da convocação extraordinária projeto de lei da Câmara, enviado ao Congresso pelo Executivo, que retira entrave à gratuidade do registro de nascimento, estabelecida pela Lei 9.534, de 1997. Conforme exposição de motivos que acompanha a proposta, o *caput* do artigo 46 da Lei 6.015 determina a cobrança de multa, no valor de um décimo do salário mínimo, dos responsáveis por declarações de nascimento feitas depois do prazo legal, que é de 15 dias a contar do parto.

Assinada pelo então ministro da Justiça José Carlos Dias, a exposi-

ção de motivos aponta a contradição entre o *caput* do artigo 46 e o artigo 30 da Lei 6.015, modificado pela Lei 9.534. O artigo 30, já modificado, estabelece a gratuidade do registro, mas o artigo 46 impede o pleno cumprimento da lei. A redação em exame pela CCJ determina que as declarações de nascimento feitas fora do prazo deverão ser acolhidas pelos cartórios somente mediante despacho do juiz do lugar de residência do interessado, sem cobrança de multa.

— Creio que a proposta em muito contribuirá para o objetivo de conferir a todo brasileiro a possibilidade de efetivar a cidadania em toda a sua extensão — diz o ministro.

Projeto fixa quarentena de ex-dirigentes públicos

Dutra esclarece que o objetivo é evitar, pelo período de um ano, uso de informações privilegiadas em benefício de interesses privados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar neste semestre projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que impede por um ano, após a saída do cargo, que dirigentes de órgãos públicos detentores de informações privilegiadas assumam emprego na iniciativa privada. Essa quarentena incluiria os dirigentes dos seguintes órgãos: Banco Central, BNDES, Superintendência de Seguros Privados, Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria da Receita Federal, agências reguladoras federais, Departamento de Aviação Civil e Infraero.

O projeto lista os requisitos e as restrições a que se submetem os ocupantes de cargos facilitadores de acesso a informações privilegiadas no âmbito da administração federal. O projeto determina ainda a continuidade da vinculação dos ex-dirigentes aos respectivos órgãos, com percepção de remuneração igual à do cargo exercido, pelo prazo de um ano.

A proposição determina que a investidura nos cargos de presidente e diretor dessas entidades da administração pública será precedida de compromisso formal de dedicação exclusiva em tempo integral, veda-



Autor da proposta, José Eduardo Dutra afirma que medidas resguardam o interesse público

do qualquer outro emprego, bem como a titularidade de ações ou interesses em empresa privada que opere em segmento de mercado situado na mesma área.

Estabelece também que, pelo período de um ano após a exoneração do cargo, o ex-titular fica impedido de exercer qualquer atividade profissional, com ou sem vínculo empregatício, para empresa privada, nacional ou estrangeira, que opere no mesmo campo. Essa vedação estende-se à aquisição de ações, cotas, debên-

tures, partes beneficiárias ou qualquer outro título representativo de capital ou interesse nas empresas mencionadas.

Em defesa do projeto, Dutra disse que medidas de combate ao uso abusivo da informação privilegiada já são comuns em países como Estados Unidos, Canadá e Japão. "Trata-se de criar mecanismos voltados para resguardar o interesse público em face dos poderosos interesses privados em jogo na acirrada competição dos mercados", argumentou.

Relator quer audiência pública para discutir ingressos grátis de idosos em espetáculos

O relator do projeto que assegura ao idoso gratuidade no acesso a eventos culturais, desportivos e recreativos, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), considerou que o assunto merece uma discussão mais aprofundada. Por essa razão, ele encaminhou a matéria, que estava na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que esta realize audiência pública e se pronuncie sobre a constitucionalidade da proposta.

O projeto, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), complementa dispositivos da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, beneficiando pessoas com mais de 65 anos. De acordo com a legislação a ser alterada, são consideradas idosas pessoas maiores de 60 anos, sendo garantido



Gilvam Borges está preocupado com os aspectos constitucionais envolvidos na proposta

apenas o acesso a locais e eventos culturais com ingressos a preços reduzidos. Mozarildo Cavalcanti justifica a oportunidade de seu pleito ao ressaltar que a Lei 8.842, relativa à política nacional do idoso, trata apenas de aspectos genéricos referentes ao tema.

Em sua opinião, a concessão de gratuidade em eventos culturais, desportivos e recreativos vai ga-

rantir ao idoso uma efetiva reintegração ao meio social. "Com a aprovação desse projeto de lei, o Brasil estará proporcionando melhor qualidade de vida ao idoso, oferecendo-lhe a oportunidade de desfrutar momentos de entretenimento e amenizando o atual quadro que lhe é imposto pela sociedade", defendeu Mozarildo Cavalcanti.

CPI vai propor legislação de responsabilidade para o esporte

Presidente da comissão, Álvaro Dias, adianta que projeto conterà normas fiscais, tributárias e financeiras para clubes, federações e empresários

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro, disse que, ao fim dos trabalhos, a comissão vai apresentar um projeto de legislação semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal para o esporte. Os senadores da CPI definiram uma agenda de trabalhos em que pretendem aprofundar as investigações sobre o presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), e a ação de empresários na compra e venda de jogadores.

Álvaro Dias explicou que o projeto de lei a ser apresentado pela CPI vai estabelecer as normas fiscais, tributárias e financeiras para a ação



Álvaro Dias esclarece que é favorável ao fim do passe no prazo previsto pela Lei Pelé

de clubes, federações e empresários do setor. Os senadores constataram que os dirigentes de futebol no Brasil agem, quase sempre, à margem da legislação financeira, fiscal e cambial em vigor, como se o fute-

bol fosse um mundo à parte.

— Não pretendemos entrar na área que já é abrangida pela Lei Pelé, as normas esportivas em si. O que queremos é criar regras para negociações que envolvem jogadores, obrigações fiscais e tributárias para clubes e federações. E as penas para quem descumprilas — disse o senador.

Álvaro Dias desmentiu as notícias publicadas em jornais, de que estaria favorável ao adiamento do fim do passe, instrumento que garante a propriedade dos clubes sobre os jogadores de futebol. “Ao contrário, acho que o adiamento já houve, os clubes tiveram tempo para adaptar-se e o passe deve ser extinto em março, como prevê a legislação em vigor”, disse.

Valadares adverte sobre riscos da transposição do São Francisco

O governo não deve começar as obras de transposição do rio São Francisco sem antes tomar providências no sentido de implantar um sistema gerador de energia capaz de suprir as necessidades dos estados que hoje são banhados pelo rio. A recomendação foi feita pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem o projeto está sendo conduzido de forma “inusitada e despropositada”.

Valadares explicou que não é totalmente contrário à transposição, mas que não apóia a sua execução na atual situação energética em que se encontram os estados que seriam prejudicados com as obras. Segundo informou, os estados são Alagoas, Sergipe e Bahia. Ele disse que dispõe de um estudo que mostra as desvantagens de execução, neste momento, das obras de transposição.

— Esta é uma obra muito importante e esperada desde os tempos do Império, mas que não pode ser feita assim, a “toque de caixa”. São necessárias obras prioritárias no setor de fornecimento de energia elétrica para os lugares banhados pelo São Francisco, que também



Valadares teme que o projeto se transforme em “elefante branco”

precisa ser revitalizado — afirmou o senador.

Para Valadares, os governadores dos estados que seriam prejudicados não se manifestaram com mais veemência, até agora, por receio de sofrer cortes em seus recursos, já que este é um projeto de inte-

resse do governo. O senador disse também que a resistência à transposição, formada por pescadores, comunidades das cidades ribeirinhas, ambientalistas e políticos, ficou fragilizada por falta de unidade de comando.

Ainda falando sobre as desvantagens da obra, Valadares lembrou que o sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco vai sofrer um excesso de demanda, o que pode, conforme alertou, provocar um racionamento de água constante para aqueles estados. Em sua opinião, melhor seria que fosse feita a transposição da bacia do rio Tocantins.

— Sem energia, o projeto de transposição não anda — alertou o senador, acrescentando que teme que o projeto venha a se transformar em mais “um elefante branco”, caso seja conduzido da forma como está ocorrendo.

CCJ examina projeto que assegura autonomia funcional e melhor remuneração à perícia

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar em breve uma proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que equipara a remuneração dos peritos oficiais à dos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública. A proposição tem voto favorável do relator na comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A emenda começou a ser examinada no dia 13 de dezembro último, mas, depois da leitura do relatório de Bernardo Cabral, os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Romeu Tuma (PFL-SP) pediram vista da matéria, para melhor estudá-la. O autor quer incluir uma nova seção no Capítulo IV da Constituição, equiparando a Perícia Oficial às outras funções essenciais ao funcionamento da Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

Em sua justificativa, Geraldo Althoff argumenta que o perito emite “um juízo de valor, uma análise conclusiva, e não



Althoff: perito emite juízo de valor e precisa de autonomia para desempenhar sua missão

uma mera descrição dos fatos, e precisa dispor, para levar a bom termo essa missão — a cujos resultados, sem exagero, pode estar estreitamente vinculada a qualidade da prestação jurisdicional do Estado —, de autonomia, a partir da qual serão possíveis a qualificação de pessoal e a estrutura logística indispensáveis”.

A nova seção que se pretende incluir no Capítulo IV dirá que a Perícia Oficial, organizada por lei com autonomia funcional, administrativa e orçamentária, será ocupada por profissionais de nível superior

aprovados em concurso público. O projeto muda também o artigo 135 da Constituição, para equiparar a remuneração dos peritos oficiais à dos membros da Advocacia Pública e da Defensoria Pública.

Em seu voto, Bernardo Cabral observa que a atividade de perícia oficial vem sofrendo um processo de fragmentação e desarticulação, porque sua função vem sendo atribuída a outros órgãos — como as polícias civil, militar e florestal — em diversas unidades da Federação. Cabral quer assegurar autonomia funcional à perícia, para garantir-lhe maior isenção na produção da prova técnica, “sem ingerência de outros órgãos ou agentes estranhos ao processo”.

Já a autonomia administrativa e orçamentária, diz Bernardo Cabral em seu parecer, deverá garantir as prioridades, os investimentos e a capacitação técnico-científica “necessários à correta e eficaz atuação do organismo gestor da atividade da perícia oficial”.

Comércio entre Brasil e Líbia deve aumentar, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse que o comércio entre o Brasil e a Líbia pode aumentar de US\$ 30 milhões por ano para níveis superiores aos antigos US\$ 2 bilhões, desde que a diplomacia e a burocracia brasileiras “vençam

o bloqueio psicológico que têm em relação ao país”. Suassuna esteve na Líbia e promoveu uma conversa telefônica de 20 minutos entre o líder líbio Muamar Kadhafi e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Suassuna, a diplomacia brasileira ainda trata a Líbia como um Estado terrorista, o que causa grandes prejuízos às relações co-



Ney Suassuna destaca oportunidades de negócios com a Líbia

merciais do Brasil. “Eles querem criar gado e plantar soja no Brasil para exportar, querem comprar alimentos e produtos industrializados no nosso país e vender petróleo a preços muito convenientes”, disse o senador. Ney Suassuna quer também aumentar o comércio brasileiro com o Irã.

Para Suassuna, se o Brasil ceder às pressões dos Estados Unidos para antecipar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o setor produtivo não resistirá à concorrência. “Temos que nos aprimorar muito, em termos de preços e qualidade, ou seremos massacrados”, avalia.